

GAZETA MERCANTIL

Quinta-feira, 28 de abril de 1988

Informações importantes sobre a negociação externa

Na explanação que fez anteontem no Senado Federal, o ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, teve oportunidade de divulgar algumas informações valiosas sobre as negociações atuais da dívida externa. Parte dos dados por ele apresentados já era do conhecimento público, pois a imprensa vem dando ampla cobertura ao assunto desde que as conversações com os credores foram reiniciadas, no ano passado, durante a gestão do ministro Luiz Carlos Bresser Pereira. Todavia, e nisso residia a principal contribuição prestada pelo ministro com o seu depoimento, foi a primeira vez que uma autoridade do governo mostrou esses dados de forma consolidada, permitindo esclarecer pontos que permaneciam obscuros e vislumbrar os avanços registrados.

Segundo o titular da Fazenda, com a redução do "spread" (de 1,6 para 0,8125% ao ano), o reescalonamento de 94% da dívida junto aos bancos e o pagamento semestral dos juros (antes, feito trimestralmente), o País deixará de pa-

gar US\$ 916 milhões no período de janeiro deste ano a junho de 1989. E essa economia deverá chegar a US\$ 4,2 bilhões num período mais amplo, de 1987 a 1993, em função do reescalonamento. Outros dados relevantes, citados pelo ministro, foram a adoção da taxa interbancária de Londres, a Libor, como referencial único para o cálculo dos juros, eliminando-se a "prime rate" norte-americana (como a Libor geralmente se situa abaixo da "prime", essa mudança também deverá ajudar a reduzir os encargos da dívida); o perdão de cerca de US\$ 300 milhões de juros de mora, obtido junto aos credores; e a manutenção do nível das reservas cambiais em US\$ 4,4 bilhões desde dezembro do ano passado, apesar de o País ter pago com recursos próprios os juros do primeiro bimestre.

De tudo que foi dito pelo ministro aos parlamentares, em seu pronunciamento escrito e nos debates, um único ponto parece-nos merecer ressalvas. É o que se refere aos supostos prejuízos causados ao País pela moratória do ano

passado e que, segundo o ministro, chegariam a US\$ 2,5 bilhões, comparando-se o que se pagou e deixou de receber com o que se deixou de pagar. Trata-se, a nosso ver, de uma conta discutível, por não se estar falando da substituição de dívida por capital de risco, mas sim de dívida por nova dívida. Mesmo admitindo que haveria uma diferença em termos de fluxo de caixa, parece-nos que o termo empregado — prejuízo — não foi o mais adequado. Quando foi adotada, a moratória constituiu um recurso técnico e não político, na medida em que visou resguardar as reservas cambiais do País, então em via de cair abaixo do limite de segurança. Ademais, já que a medida foi suspensa e o governo anunciou que voltará ao Fundo Monetário Internacional, entendemos que é mais útil ir em frente, sem ficarmos a remoer assuntos que, a esta altura, servem apenas para explorações políticas.

O próprio ministro deve ter sentido o que estamos dizendo ao se deparar, durante sua estada no Congresso, com uma ou outra

afirmação pouco simpática à direção que se imprimiu na negociação da dívida, apesar dos números positivos apresentados. Como essas afirmações, claramente, tiveram origem nas posições políticas defendidas por seus autores, o ministro também deve ter percebido que as críticas não se dirigiam à sua pessoa, mas à mudança havida no enfoque do governo sobre a questão. Por isso, essa é uma discussão improdutiva, que não vale a pena sustentar.

A ida do titular da Fazenda para prestar esclarecimentos aos parlamentares demonstra, contudo, que as autoridades econômicas de hoje diferem das do passado por não se negarem ao jogo aberto da democracia, tornando suas ações mais transparentes, ainda que se sujeitem às críticas. Esperamos por isso que o ministro não só vá mais vezes ao Congresso Nacional mas também procure ampliar os canais de comunicação com a sociedade, para dar divulgação às informações econômicas relevantes.